

presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca de 15 de Novembro de 2005:

Ana Maria Lopes Pereira, enfermeira graduada do quadro de pessoal do Centro Regional de Oncologia de Coimbra, S. A. — autorizada a sua requisição, na mesma categoria, até 28 de Fevereiro de 2006, com efeitos a 1 de Dezembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *António de Jesus Couto*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Aviso n.º 11 281/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Outubro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico da Guarda:

Lina Maria Canada Abreu Nunes — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções na Escola Superior de Turismo e Telecomunicações do Instituto Politécnico da Guarda com a categoria de assistente administrativo, vencimento correspondente ao índice 209, actualizável nos termos legais, produzindo efeitos a partir de 30 de Novembro de 2005.

Paulo Alexandre Antunes dos Santos Nércio — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções na Escola Superior de Turismo e Telecomunicações do Instituto Politécnico da Guarda com a categoria de assistente administrativo, vencimento correspondente ao índice 209, actualizável nos termos legais, produzindo efeitos a partir de 12 de Dezembro de 2005.

21 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Manuel Monteiro Mendes*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Escola Superior de Música

Despacho n.º 25 488/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 17 de Novembro de 2005:

Doutor Christopher Consitt Bochmann — nomeado, provisoriamente, por três anos, professor-coordenador do quadro da Escola Superior de Música de Lisboa, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da data da posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Novembro de 2005. — A Directora, *Cremilde Rosado Fernandes*.

Instituto Superior de Engenharia

Despacho n.º 25 489/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 17 de Novembro de 2005:

Paulo Alexandre Monteiro Grave — autorizada, precedendo concurso, a nomeação definitiva como especialista de informática do grau 2, nível 1, da carreira informática, do quadro de pessoal não docente deste Instituto, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir da data da publicação. É colocado no escalão 1, índice 480. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Novembro de 2005. — A Secretária, *Graciete Pinto Correia*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Rectificação n.º 2015/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 226, de 24 de Novembro de 2005, a p. 16 511, o aviso n.º 10 654/2005 (2.ª série), na parte respeitante ao anexo, relativo à legislação a consultar para a realização das provas de conhecimento, do concurso externo de ingresso para dois lugares de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do quadro provisório de pessoal não docente dos Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Setúbal, republica-se o referido anexo:

«ANEXO

Legislação a consultar para a realização das provas

Prova de conhecimentos gerais

Regime de férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelo

artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio.

Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 393/90, de 11 de Dezembro, 204/91, de 7 de Junho, e Decretos-Leis n.ºs 420/91, de 29 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro.

Deontologia do serviço público — Carta ética.

Princípios gerais da acção a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública, na sua actuação face ao cidadão (modernização administrativa) — Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março.

Sistema de Qualidade em Serviços Públicos (SQSP) — Decreto-Lei n.º 166-A/99, de 13 de Maio.

Estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico — Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro.

Regime aplicável aos estabelecimentos de ensino superior politécnico em instalação — Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro.

Regime de instalação na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto.

Estatutos do Instituto Politécnico de Setúbal — Despacho Normativo n.º 6/95, de 22 de Dezembro de 1994, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 29, de 3 de Fevereiro de 1995.

Prova de conhecimentos específicos

Regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Regras sobre o regime geral da estruturação de carreiras da Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 465/80, de 14 de Outubro (artigo 3.º), 248/85, de 15 de Julho (artigos 1.º a 14.º, 16.º, 18.º, 19.º, 35.º e 41.º), 265/88, de 28 de Julho (artigos 5.º e 6.º), Portaria n.º 807/99, de 21 de Setembro, e Decretos-Leis n.ºs 143/2002, de 20 de Maio, 144/2002, de 20 de Maio, 148/2002, de 21 de Maio, 149/2002, de 21 de Maio, e 154/2002, de 28 de Maio.

Carreira de pessoal operário altamente qualificado — Decretos-Leis n.ºs 518/99, de 10 de Dezembro, e 142/2001, de 24 de Abril.

Carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo — Decretos-Leis n.ºs 247/91, de 10 de Julho, e 276/95, de 25 de Outubro.

Carreira de pessoal de informática — Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, e Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

Estatuto do pessoal docente do ensino superior politécnico — Decreto-Lei n.º 185/81, 1 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 69/88, de 3 de Março.

Princípios gerais de salários e gestão de pessoal na função pública — Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

Regime de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 407/91, de 17 de Outubro, 175/98, de 2 de Julho, 218/98, de 17 de Julho, e 23/2004, de 22 de Junho.

Regime de incompatibilidades e acumulações dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 407/91, e 413/93, de 23 de Dezembro.

Regras e princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho na Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 259/98, de 18 de Agosto, 324/99, de 18 de Agosto, e 325/99, de 18 de Agosto.

Definição e regulamentação da protecção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de protecção familiar — Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, e Declaração de Rectificação n.º 11-G/2003, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 226, de 30 de Setembro de 2003.

Regime dos acidentes em serviço e das doenças profissionais — Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro.

Lei de enquadramento orçamental. — Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto.

Normas de execução do Orçamento do Estado para o ano de 2005 — Decreto-Lei n.º 57/2005, de 4 de Março.

Bases da contabilidade pública — Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro.

Regime da administração financeira do Estado — Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de Maio, e pelo artigo 7.º da Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março.

Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POCP — Educação) — Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro.

Classificador económico das receitas e despesas públicas — Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Regime de realização de despesas públicas ou locação e aquisição de bens e serviços — Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

Regras específicas para a locação ou aquisição de bens ou serviços de informática — Decreto-Lei n.º 196/99, de 8 de Junho.

Regime jurídico das empreitadas de obras públicas — Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro.

Cadastro e inventário dos bens do Estado — Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Acesso aos documentos administrativos — Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei n.º 8/95, de 29 de Março, e pela Lei n.º 94/99, de 16 de Julho.»

24 de Novembro de 2005. — A Presidente, *Maria Cristina Corrêa Figueira*.

HOSPITAL DE SANTA MARTA, S. A.

Deliberação n.º 1641/2005. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Santa Marta, S. A., de 19 de Outubro de 2005, foram autorizadas as prorrogações do regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) aos enfermeiros do quadro deste Hospital abaixo indicados, pelo período de três meses, a partir das datas adiante mencionadas:

Mercedes Gallego Bilbao de Carvalho — 1 de Outubro de 2005.
Susana Maria Vieira Ramos — 2 de Outubro de 2005.
Paula Maria Pereira Santos — 6 de Outubro de 2005.
Maria Isabel Coelho Jorge — 8 de Outubro de 2005.
Isidro Francisco Lutas Faustino — 8 de Outubro de 2005.
Edite Jesus Pedro Nobre Diniz — 8 de Outubro de 2005.
Marília de Fátima Santos Feteira — 12 de Outubro de 2005.
João Luís Brito Lobato — 1 de Novembro de 2005.
Lucinda Maria Valério Pacheco — 1 de Novembro de 2005.
Mónica Alexandra Miranda Pereira — 1 de Novembro de 2005.
Anabela David Caetano Madaleno — 13 de Novembro de 2005.
Maria Clara Oliveira Vital — 21 de Novembro de 2005.

23 de Novembro de 2005. — A Presidente do Conselho de Administração, *Teresa Sustelo*.

HOSPITAL DE SANTO ANDRÉ, S. A.

Deliberação (extracto) n.º 1642/2005. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Santo André, S. A., de 18 de Outubro de 2005:

Elsa Maria Nobre Martins Carvalho, assistente de pedopsiquiatria deste Hospital — exonerada, a seu pedido, com efeitos a 2 de Novembro de 2005.

15 de Novembro de 2005. — O Administrador, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

Deliberação (extracto) n.º 1643/2005. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Santo André, S. A., de 8 de Novembro de 2005:

Elisabete Maria Lisboa Marto, técnica de 1.ª classe de radiologia deste Hospital — nomeada, precedendo concurso, técnica principal de radiologia, com efeitos a partir da data da aceitação da nomeação, ficando exonerada da anterior categoria a partir da mesma data.

15 de Novembro de 2005. — O Administrador, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

Deliberação (extracto) n.º 1644/2005. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Santo André, S. A., de 15 de Novembro de 2005:

Jacinto Ferreira Loureiro, chefe de serviço de ortopedia deste Hospital — autorizada a acumulação de funções privadas no Centro Hospitalar de São Francisco, S. A., com efeitos a 1 de Novembro de 2005.

Isabel Maria Farinha Lopes, assistente graduada de anesthesiologia deste Hospital — autorizada a acumulação de funções privadas no Centro Hospitalar de São Francisco, S. A., com efeitos a 7 de Novembro de 2005.

18 de Novembro de 2005. — O Administrador, *Licínio Oliveira de Carvalho*.

HOSPITAL DE SÃO FRANCISCO XAVIER, S. A.

Despacho n.º 25 490/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 11 de Novembro de 2005:

Ana Paula Braz Reinas Amaral — nomeada definitivamente, precedendo concurso, especialista de informática do grau II, nível I, da carreira de especialista de informática do quadro de pessoal deste Hospital, posicionada no índice 600, escalão 1, e com efeitos à data da publicação deste aviso, ficando exonerada das anteriores funções com efeitos à data da posse na nova categoria. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Manuel Roque*.

HOSPITAL DE SÃO SEBASTIÃO, S. A.

Aviso n.º 11 282/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de São Sebastião, S. A., de 16 de Novembro de 2005:

Carlos Alberto Vilhena Geraldes, assistente hospitalar graduado de oftalmologia deste Hospital — autorizado a acumular funções na Misericórdia de Lousada, para fins do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC).

23 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *Hugo de Almeida de Azevedo Meireles*.

ORDEM DOS ADVOGADOS

Edital n.º 946/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos, torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 9 de Novembro de 2005 e com efeitos a partir da mesma data, ao abrigo do artigo 39.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, e do artigo 11.º, n.º 1, alínea *d*), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, alterado por deliberação do conselho geral de 7 e 8 de Novembro de 2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 6 de Dezembro de 2003, foi levantada a suspensão da inscrição da Dr.ª Fátima Dantas (cédula profissional n.º 19 458-L), tendo sido, nesta data, feitos todos os averbamentos e comunicações.

15 de Novembro de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

Edital n.º 947/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos, torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 14 de Novembro de 2005 e com efeitos a partir da mesma data, ao abrigo do artigo 39.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, e do artigo 11.º, n.º 1, alínea *d*), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, alterado por deliberação do conselho geral de 7 e 8 de Novembro de 2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 6 de Dezembro de 2003, foi levantada a suspensão da inscrição da Dr.ª Sofia Soares de Jesus (cédula profissional n.º 14 630-L), tendo sido, nesta data, feitos todos os averbamentos e comunicações.

15 de Novembro de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.

Edital n.º 948/2005 (2.ª série). — Para os legais efeitos, torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 22 de Novembro de 2005 e com efeitos a partir da mesma data, ao abrigo do artigo 39.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, e do artigo 11.º, n.º 1, alínea *d*), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, alterado por deliberação do conselho geral de 7 e 8 de Novembro de 2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 6 de Dezembro de 2003, foi levantada a suspensão da inscrição do Dr. Américo Baptista (cédula profissional n.º 2649-C), tendo sido, nesta data, feitos todos os averbamentos e comunicações.

23 de Novembro de 2005. — O Bastonário, *Rogério Alves*.